

Relatório Anual

Exercício 2010



Triunfo

PARTICIPAÇÕES
E INVESTIMENTOS

1ª Emissão de Debêntures Simples

Rating – Emissão: Austin Rating: A+

planner

ÍNDICE

| | |
|---|----|
| CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA | 3 |
| CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES | 3 |
| DESTINAÇÃO DE RECURSOS | 5 |
| ASSEMBLEIAS DE DEBENTURISTAS | 5 |
| POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES | 5 |
| EVENTOS REALIZADOS – 2010 | 6 |
| AGENDA DE EVENTOS – 2011 | 6 |
| OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA | 6 |
| ORGANOGRAMA | 7 |
| PARTICIPAÇÃO NO MERCADO | 7 |
| CLASSIFICAÇÃO DE RISCO | 8 |
| ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS | 8 |
| INFORMAÇÕES RELEVANTES | 11 |
| PRINCIPAIS ASPECTOS | 14 |
| PRINCIPAIS RUBRICAS | 17 |
| ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS | 18 |
| ANÁLISE DA GARANTIA | 22 |
| PARECER | 23 |
| DECLARAÇÃO | 23 |

CARACTERIZAÇÃO DA EMISSORA

| | |
|-------------------------------|---|
| Denominação Comercial: | TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. |
| Endereço da Sede: | Rua Olimpíadas, 205 – 14º andar - Conj. 142/143 – Vila Olímpia São Paulo - SP. |
| Telefone / Fax: | (11) 2169-3999 / (11) 2169-3969 |
| D.R.I.: | Ana Cristina Carvalho |
| CNPJ: | 03.014.553/0001-91 |
| Auditor: | Ernst & Young Terco Aud. Indep. S/S |
| Atividade: | Emp. Adm. Participações – Serviços Transporte e Logística |
| Categoria CVM: | Categoria A |

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

| | |
|----------------------------------|--|
| Registro CVM nº: | CVM/SRE/DEB/2002/39 - 05 de dezembro de 2002; |
| Situação da Emissora: | Adimplente com as obrigações pecuniárias; |
| Código do Ativo: | CBLC: TRFP-D11; |
| Banco Mandatário: | Banco Itaú S.A.; |
| Coordenador Líder: | Unitas DTVM Ltda; |
| Data de Emissão: | Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures é 1º de janeiro de 2002; |
| Data de Vencimento: | A Data de Vencimento será no 5º dia útil do mês de janeiro de 2013; |
| Quantidade de Debêntures: | Foram emitidas 60.000 (sessenta mil) Debêntures; |
| Número de Séries: | A emissão das debêntures foi realizada em série única; |
| Valor Total da Emissão: | O valor total da emissão, na Data de Emissão, é de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); |
| Valor Nominal: | O Valor Nominal Unitário das Debêntures na Data de Emissão é de R\$1.000,00 (um mil reais); |
| Forma: | As debêntures são da forma escritural; |
| Espécie: | As Debêntures são da espécie subordinada, contando com garantia adicional fidejussória pela Construtora Triunfo S.A. |

- Conversibilidade:** As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;
- Permuta:** Não se aplica à presente emissão;
- Poder Liberatório:** Não se aplica à presente emissão;
- Opção:** Não se aplica à presente emissão;
- Negociação:** As debêntures foram registradas para negociação no mercado secundário no Sistema BOVESPA FIX, da Bolsa de Valores do Estado de São Paulo – BOVESPA, sendo os negócios liquidados e as debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC;
- Atualização do Valor Nominal:** As debêntures possuem seu valor nominal atualizado monetariamente, a cada 12 meses ou na menor periodicidade permitida por lei desde que nunca inferior à mensal, a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - Número Índice (IGP-M), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Economia - IBRE/FGV, da Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro;
- Pagamento da Atualização:** O pagamento da atualização será devido na data de vencimento da última parcela de amortização (5º dia útil do mês de janeiro de 2013), observadas as demais amortizações que incidirão sobre o valor nominal das debêntures amortizado;
- Remuneração:** As debêntures desta emissão fazem jus a uma remuneração a ser paga mensalmente a partir do próprio mês da subscrição e integralização, equivalente a 1% sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, não amortizado, atualizado de acordo com o item 4.3.1 da Escritura;
- Pagamento da Remuneração:** O valor total da remuneração será pago sempre no 5º dia útil do mês subsequente ao mês de apuração. A remuneração será devida até a data de vencimento da última parcela de amortização (5º dia útil do mês de janeiro de 2013);
- Amortização:** A Emissora promoverá a amortização integral das debêntures da presente Emissão, em 5 parcelas anuais e sucessivas, sendo a primeira no 84º mês, contado a partir da Data da Emissão, cujos pagamentos ocorrerão nas datas abaixo, fazendo-se coincidir as datas de liquidação das amortizações com as datas dos pagamentos da remuneração de que trata o item 4.9 da Escritura:

| Data | Parcela | Percentual de Amortização |
|--------------------------------|---------|---------------------------|
| 5º dia útil de janeiro de 2009 | 1ª | 20,00% |
| 5º dia útil de janeiro de 2010 | 2ª | 20,00% |
| 5º dia útil de janeiro de 2011 | 3ª | 20,00% |
| 5º dia útil de janeiro de 2012 | 4ª | 20,00% |
| 5º dia útil de janeiro de 2013 | 5ª | 20,00% |

O valor de cada uma das parcelas de amortização corresponderá à aplicação do respectivo percentual, conforme definido acima, sobre 100% do valor nominal atualizado de cada debênture, de acordo com o item 4.3.1 da Escritura de Emissão;

- Fundo de Amortização:** A constituição da Conta Reserva de Amortização deverá ser iniciada a partir do mês de janeiro de 2005, de forma que, até 31 de dezembro de 2005, o seu saldo seja equivalente a 30% (trinta por cento) do valor total da parcela de amortização prevista para o ano de 2009. Durante os anos de 2006 e 2007 a Emissora deverá depositar novos recursos na Conta

de Reserva de Amortização, de forma que o saldo acumulado, em 31 de dezembro de 2006, seja equivalente a 60% do valor total da parcela de amortização prevista para o ano de 2009 e, em 31 de dezembro de 2007, corresponda a 100% do valor total da parcela de amortização prevista para o ano de 2009.

A partir do 5º (quinto) dia útil de janeiro de 2009, data da primeira amortização, e durante os meses subsequentes até a data de vencimento final das Debêntures, a Conta Reserva de Amortização deverá ser mensalmente recomposta, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor total da parcela de amortização prevista para o ano imediatamente seguinte.

| | |
|-------------------------------|---|
| Prêmio: | Não se aplica à presente emissão; |
| Repactuação: | Não se aplica à presente emissão; |
| Aquisição facultativa: | Não se aplica à presente emissão; |
| Resgate Antecipado: | Não se aplica à presente emissão; |
| Vencimento Antecipado: | São hipóteses de vencimento antecipado: <ol style="list-style-type: none"> inadimplência da Emissora, com referência às obrigações assumidas na Escritura, bem como as do parágrafo terceiro do artigo 55 da Lei nº 6.404/76; dissolução ou liquidação da Emissora; e decretação de falência, insolvência ou pedido de concordata pela Emissora. |

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados através da 1ª Emissão foram destinados para fazer frente aos investimentos nas empresas em fase pré-operacionais, nas quais a Emissora detém participações acionárias, sendo concessionárias de serviços públicos, tais como: operação de rodovias, geração de energia e exploração de atividade portuária.

ASSEMBLEIAS DE DEBENTURISTAS

No decorrer do exercício de 2010, não foram realizadas Assembleias de Debenturistas.

POSIÇÃO DAS DEBÊNTURES

| Data | Valor Nominal | Juros | Preço Unitário |
|------------|------------------|---------------|------------------|
| 31/12/2010 | R\$ 1.249,524351 | R\$ 10,862999 | R\$ 1.260,387350 |
| 31/12/2009 | R\$ 1.497,046184 | R\$ 14,736325 | R\$ 1.511,782509 |

| Data | Debêntures em Circulação | Debêntures em Tesouraria | Total em Circulação |
|------------|--------------------------|--------------------------|---------------------|
| 31/12/2010 | 60.000 | 0 | R\$ 75.623.240,98 |
| 31/12/2009 | 60.000 | 0 | R\$ 90.706.950,55 |

EVENTOS REALIZADOS – 2010

| Data | Evento * | Valor Unitário |
|------------|-------------|----------------|
| 01/01/2010 | Remuneração | R\$ 14,97 |
| 01/01/2010 | Amortização | R\$ 374,23 |
| 01/02/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/03/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/04/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/05/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/06/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/07/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/08/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/09/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/10/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/11/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |
| 01/12/2010 | Remuneração | R\$ 11,23 |

(*) O valor do evento é apurado com base no dia 1º dia de cada mês e pago no 5º dia útil

AGENDA DE EVENTOS – 2011

| Data | Evento |
|------------|-------------------------------|
| 01/01/2011 | Remuneração e Amortização (*) |
| 01/02/2011 | Remuneração (*) |
| 01/03/2011 | Remuneração (*) |
| 01/04/2011 | Remuneração (*) |
| 01/05/2011 | Remuneração |
| 01/06/2011 | Remuneração |
| 01/07/2011 | Remuneração |
| 01/08/2011 | Remuneração |
| 01/09/2011 | Remuneração |
| 01/10/2011 | Remuneração |
| 01/11/2011 | Remuneração |
| 01/12/2011 | Remuneração |

(*) Esse evento já foi devidamente liquidado.

OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

Na qualidade de Agente Fiduciário desta 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da TPI-Triunfo Participações e Investimentos S.A., declaramos que a Emissora atendeu, durante o exercício de 2010, a todas as suas obrigações, na forma da lei e da Escritura de Emissão, regularmente e dentro dos prazos.

Enquanto existirem debêntures em circulação a Emissora está obrigada a manter Conta Reserva para saldar as obrigações de pagamento de amortização das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures.

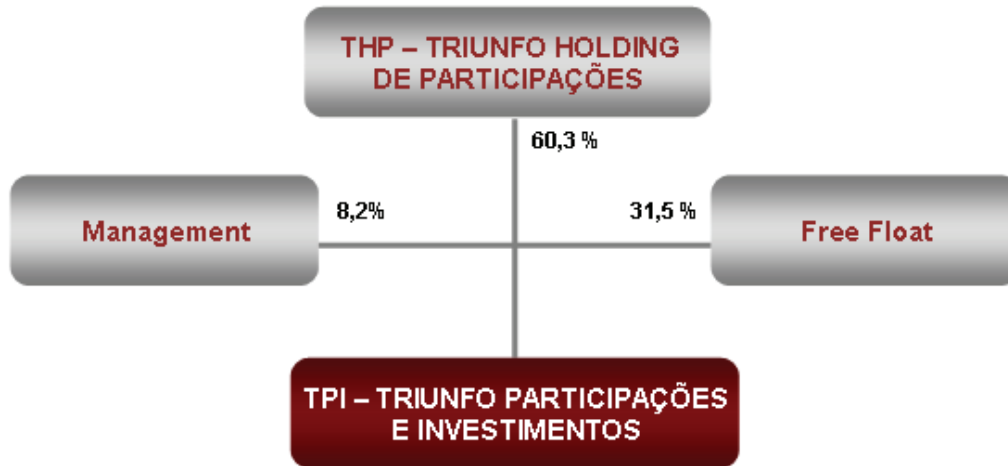
A constituição da Conta Reserva de Amortização ocorreu a partir de janeiro de 2005, de forma que em 31 de dezembro de 2005 seu saldo era equivalente a 30% do valor total da parcela de amortização prevista para o ano de 2009. Durante os anos de 2006 e 2007 a Emissora depositou novos recursos na conta, de modo que em 31 de dezembro de 2006 o saldo era equivalente a 60% do valor total da parcela de amortização prevista para o ano de 2009 e, em 31 de dezembro de 2007 correspondia a 100% do valor total de referida par-

cela.

A partir do 5º dia útil de janeiro de 2010, e durante os meses subsequentes até a data de vencimento final das debêntures a Conta

Reserva de Amortização deve ser mensalmente recomposta, a razão de 1/12 do valor total da parcela de amortização prevista para o ano imediatamente seguinte.

ORGANOGRAMA



PARTICIPAÇÃO NO MERCADO

A Triunfo Participações e Investimentos é a única Companhia nacional a atuar simultaneamente em três segmentos de infraestrutura no País: rodoviário, portuário e de geração de energia. Bem posicionada no mercado, a Companhia mantém negócios em regiões estrategicamente localizadas e concentra investimentos em setores que apresentam potencial de crescimento constante ao longo dos próximos anos.

A Companhia é a quarta maior administradora de rodovias pedagiadas do Brasil, com 641 quilômetros de rodovias no Sul e no Sudeste, por meio das concessionárias Concepa, Concer e Econorte. Também detém participação acionária majoritária nas empresas Rio Guaíba, Rio Bonito e Rio Tibagi, que prestam serviços gerais às três concessionárias de rodovias.

Com o controle compartilhado da Portonave, a Triunfo está autorizada a explorar o Terminal Portuário de Navegantes, em Santa Catarina, qualificado como o mais moderno do País. Além desse terminal, a Portonave controla 100% da Iceport, uma trading company que movimenta carga própria e possui uma

câmara frigorificada com capacidade para estocar 16 mil toneladas de carga congelada, localizada também em Navegantes (SC), junto ao porto.

Por meio da Rio Verde Energia, a Triunfo é titular da concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Salto, em Goiás, com capacidade instalada de 116 MW. A Rio Verde iniciou a produção de energia no segundo trimestre de 2010. Ainda no segmento de geração de energia, a Triunfo constituiu, em 2010, a Rio Canoas Energia S.A. para implantar e administrar a Usina Hidrelétrica Garibaldi, em Santa Catarina.

A Companhia possui uma área de 190 hectares, em Santos (SP), destinada à implantação de um empreendimento portuário por meio da Santa Rita S.A. - Terminais Portuários, da qual detém 88% de participação. O projeto aguarda parecer do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA) para emissão da Licença Ambiental. Por meio da Maestra Navegação e Logística, a Companhia trabalha na estruturação da operação comercial do serviço de cabotagem, que deve ser iniciado em 2011.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

AUSTIN RATING

| Emissão | Rating Atual | Rating Anterior | Última Alteração |
|--------------------------|--------------|-----------------|------------------|
| 1ª Emissão de Debêntures | A+ | A+ | 21/02/2011 |

ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de abril de 2010 foram aprovadas por maioria todas as alterações propostas no Estatuto Social, de acordo com os itens (a); (b); (c); (d); (e); (f) e (g) constantes da “Ordem do Dia”. Ato contínuo, em virtude de tais deliberações, foi decidido remunerar os itens do Artigo 15.

Desta forma, os dispositivos a seguir passaram a vigor com a seguinte redação:

“Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, 205, Condomínio Continental Square Faria Lima – Torre Comercial, conjunto 142/143, CEP 04551-000, podendo manter filiais, escritórios e representações em qualquer localidade do país ou do exterior, através de deliberação da Diretoria.

(...)

Artigo 5º - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$512.979.226,55 (quinhentos e doze milhões novecentos e setenta e nove mil duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) representado por 146.000.000 (cento e quarenta e seis milhões) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

(...)

Parágrafo 6º - A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades Controladas/Coligadas pela Companhia, direta ou indiretamente.

(...)

Artigo 15 - O Conselho de Administração tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho, cumprindo-lhe, além das demais funções estabelecidas expressamente no presente instrumento:

Aprovaram a contratação, pela Companhia e/ou por qualquer sociedade por ela Controlada/Coligada, de qualquer modalidade de empréstimo ou financiamento na qualidade de devedora, ou a emissão de qualquer título de dívida, bônus ou valor mobiliário, cujo valor total seja, individualmente ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses anteriores à deliberação da operação pretendida, superior a R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais);

Aprovaram a alienação ou cessão de quaisquer ativos, direitos, negócios ou bens da Companhia e/ou de suas sociedades Controladas/Coligadas, exceto alienações ou cessões realizadas no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas sociedades Controladas/Coligadas de valor irrisório, assim consideradas alienações ou cessões no valor individual de até R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);

Aprovaram as proposições da Diretoria para estabelecimento de: (a) planejamento tributário da Companhia e (b) aprovação e concessão de garantia em benefício de terceiros, inclusive acionistas e outras sociedades Controladas/Coligadas ou nas quais a Companhia detenha participações acionárias e interesses;

IV. (...)

V. propor, ad referendum da Assembléia Geral da Companhia, a adoção, estabelecimento, alteração ou modificação de qualquer plano, programa, contrato ou acordo de benefício para funcionários ou membros da Diretoria da Companhia e/ou de suas sociedades Controladas/Coligadas que envolvam de qualquer forma direitos relacionados ao recebimento de ações e/ou lucros da Companhia e/ou de suas sociedades Controladas/Coligadas incluindo, mas não se limitando a, opções de compra de ações da Companhia;

VI. (...)

VII. aprovar a participação da Companhia e/ou suas sociedades Controladas/Coligadas em qualquer contrato de joint venture, contrato de Sociedade em Contas de Participação, acordo de sócios e/ou acionistas ou qualquer acordo ou contrato de natureza similar a esses;

VIII. (...);

IX. encaminhar à Assembléia Geral da Companhia propostas para cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia e/ou suas sociedades Controladas/Coligadas;

X. aprovar a emissão, oferta ou venda de qualquer título ou valor mobiliário pela Companhia e/ou suas sociedades Controladas/Coligadas, observado, no caso de emissão de títulos de dívida, os limites estabelecidos na alínea "I" acima, exceto quando o produto de tais emissões, ofertas ou vendas seja destinado à liquidação de financiamentos obtidos pela Companhia e/ou suas sociedades Controladas/Coligadas para o desenvolvimento de negócios previamente aprovados em Planejamento(s) Orçamentário Anual;

XI. aprovar a aquisição, pela Companhia e/ou por suas sociedades Controladas/Coligadas, quaisquer bens, negócios ou ativos, incluindo, sem limitação, imóveis e participações societárias, em quantia que, individualmente ou em uma série de operações relacionadas em um período de 12 (doze) meses anteriores à deliberação da aquisição pretendida, excedam o valor de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);

XII. aprovar a participação, pela Companhia em licitações envolvendo concessões;

XIII. (...)

XIV. aprovar a declaração, pela Companhia, do vencimento antecipado, protesto ou execução judicial ou extrajudicial de direitos de sua titularidade, em valor individual superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), bem como aprovar a propositura (a) de ações judiciais ou instauração de procedimentos envolvendo questões ambientais, criminais, ou de matéria de interesse relevante para a Companhia, independentemente do valor envolvido ou (b) de ações e procedimentos judiciais, se for o caso, contra o poder público federal, estadual e municipal, inclusive autarquias, fundações, agências reguladoras e empresas estatais;

XV. aprovar a outorga de quaisquer garantias reais ou fidejussórias pela Companhia e/ou suas sociedades Controladas/Coligadas, incluindo, mas não se limitando à, criação de qualquer penhor, alienação fiduciária, hipoteca ou qualquer outro tipo de ônus ou gravame sobre seus respectivos ativos, direitos, negócios ou bens, exceto a concessão de garantias: (a) de valor irrisório concedidas no curso normal dos negócios da Companhia e/ou de suas sociedades Controladas/Coligadas, assim consideradas aquelas no valor individual de até R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (b) normalmente concedidas para obter financiamento na modalidade Project finance non recourse;

XVI. aprovar a outorga e/ou exercício de quaisquer opções de compra ou venda por meio das quais a Companhia e/ou suas sociedades Controladas/Coligadas se obriguem a comprar ou vender ativos, cuja efetiva alienação ou aquisição dependa de aprovação do Conselho de Administração, nos termos das alíneas "ii", "x" e "xi", acima;

XVII. aprovar quaisquer contratos celebrados entre: (a) de um lado, a Companhia e/ou suas sociedades Controladas/Coligadas, e (b) de outro lado, qualquer sociedade e/ou pessoa que, direta ou indiretamente, (x) seja controladora da Companhia, (y) tenha a Companhia, suas sociedades Controladas/Coligadas e/ou os acionistas da controladora da Companhia e/ou qualquer diretor ou membro do conselho de administração da Companhia como acionista ou cotista, ou (z) esteja sob controle comum da controladora da Companhia, cujo valor seja superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração soli-

cobrança ou depósito em nome da Companhia; (v) na representação da Companhia nas Assembléias Gerais de suas Controladas/Coligadas e demais sociedades em que tenha participação acionária; (vi) na representação da Companhia em juízo, e (vii) nos demais casos não especificados nos artigos acima.

(...)

Artigo 23 - Sem prejuízo das demais atribuições previstas em lei, compete à Assembléia Geral discutir e deliberar sobre:

(...)

III. solicitar a recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de auto-falência pela Companhia e/ou decisão sobre a forma de exercício do seu direito de voto em assembléias gerais de sua sociedades Controladas/Coligadas que trate de solicitação de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de auto-falência pelas Controladas;

Artigo 24 - Para fins deste Estatuto Social, os termos abaixo indicados em letras maiúsculas terão o seguinte significado:

(...)

(f) “Grupo de Acionistas” - significa o grupo de duas ou mais pessoas que sejam (a) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordo de acionistas, orais

ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades Controladas/Coligadas, Controladoras ou sob Controle Comum; ou (b) entre os quais haja relação de Controle, seja direta ou indiretamente; ou (c) que estejam sob Controle Comum; ou (d) que atuem representando interesse comum. Incluem-se, sem limitação, nos exemplos de pessoa representando um interesse comum: (i) uma pessoa que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (ii) duas pessoas que tenham um terceiro investidor em comum que detenha, direta ou indiretamente, uma participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social das duas pessoas. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, trusts, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas sempre que duas ou mais entre tais entidades; (x) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (y) tenham em comum a maioria de seus administradores.

Em atenção ao item (h) da Ordem do Dia, por maioria, foi aprovada a Proposta de Consolidação do Estatuto Social da Companhia na forma do Anexo I da presente ata.

INFORMAÇÕES RELEVANTES

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), em 08 de janeiro de 2010, em complemento às informações prestadas nos Avisos aos Acionistas datados de 09/10/09 e 17/11/09, conforme retificação realizada em 19/11/09, vem informar aos seus acionistas o quanto segue:

Em 25/11/09, encerrou-se o prazo para exercício do direito de preferência para subscrição das 1.858.107 (um milhão, oitocentos e cinquenta e oito mil, cento e sete) ações ordinárias emitidas pela Companhia, referentes ao rateio de sobras do aumento de capital social, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 09/10/09 (“Aumento de Capital”).

Segundo informações apuradas pelo Banco Itaú S.A., instituição depositária das ações de emissão da Companhia, houve o exercício do direito de preferência por alguns acionistas, que subscreveram o total de 404.763 (quatrocentos e quatro mil, setecentos e sessenta e três) ações ordinárias pelo preço de emissão de R\$ 5,49 por ação ordinária, totalizando o valor de R\$ 2.222.148,87 (dois milhões, duzentos e vinte e dois mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos), equivalente a 4,35% do Aumento de Capital. Não foram subscritas 1.453.344 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro) ações ordinárias, equivalente a 15,63% do Aumento de Capital (“Ações Remanescentes”).

Dessa forma, conforme informado nos Avisos aos Acionistas mencionados acima, as Ações Remanescentes serão vendidas em benefício da Companhia, conforme dispõe o Artigo 171, § 7º, “a”, da Lei n.º 6.404, por meio de leilão a ser realizado na Bolsa de Valores Mobiliários – BM&FBOVESPA (“BM&FBOVESPA”) em pregão a ser realizado em 15/01/10, às 14:00 horas, ao preço mínimo de subscrição de R\$ 5,49 nos termos do edital disponível do site da BM&FBOVESPA. Ao final do processo, será convocada Reunião do Conselho de Administração para homologação do Aumento de Capital.

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), vem em 15 de janeiro de 2010, em complemento às informações prestadas nos Avisos aos Acionistas datados de 09/10/09, 17/11/09, 19/11/09 e 08/01/10, vem informar aos seus acionistas o quanto segue:

Em 15/01/10, às 14:00, ocorreu na Bolsa de Valores Mobiliários – BM&FBOVESPA, o leilão das ações remanescentes referentes ao aumento de capital social aprovado na Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 09/10/09 (“Aumento de Capital”) e que não foram subscritas pelos acionistas da Companhia durante o prazo para exercício do direito de preferência e durante o prazo para subscrição das sobras.

Segundo informações apuradas pelo Credit Suisse (Brasil) S/A CTVM, instituição custodiante responsável pelo leilão em questão, todas as 1.453.344 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e quatro) ações ordinárias, coladas à venda no pregão foram vendidas ao preço de subscrição de R\$ 6,32 por ação. Dessa forma, a Companhia informa que todas as ações emitidas em virtude do Aumento de Capital foram subscritas.

O Conselho de Administração da Companhia irá se reunir no próximo dia 19/01/10, a fim de homologar o Aumento de Capital. Em função da subscrição das ações, após referida homologação, o capital social da Companhia será aumentado de R\$461.947.085,27 (quatrocentos e sessenta e um milhões, novecentos e quarenta e sete mil, oitenta e cinco reais e vinte e sete centavos) para R\$512.979.226,55 (quinhentos e doze milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e vinte e seis

reais e cinquenta e cinco centavos), totalizando um aumento de R\$51.032.141,28 (cinquenta e um milhões, trinta e dois mil cento e quarenta e um reais e vinte e oito centavos), o qual será destinado (a) ao aporte de recursos na companhia Rio Verde Energia S.A., para fazer frente ao aumento de capacidade instalada de 108MW para 116MW; e (b) a fortalecer o caixa da Companhia.

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), em cumprimento ao disposto no artigo 2º, da Instrução CVM 319, de 3 de dezembro de 1999 (“ICVM 319”), em 09 de junho de 2010, vem a público informar que celebrou com a administração da Esparta Participações e Investimentos S.A., sociedade por ações, de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.228.539/0001-56, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, conjunto 142, Condomínio *Continental Square* Faria Lima – Comercial, Vila Olímpia, CEP 04551-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob NIRE 35.300.359.721, sociedade integralmente controlada pela Companhia (“Esparta”, e em conjunto com a Companhia, as “Companhias”), em 09 de junho de 2010, “Instrumento de Justificação e Protocolo de Incorporação da Esparta Participações e Investimentos S.A. pela TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.” (o “Protocolo”), o qual estabelece os termos e condições aplicáveis à incorporação da Esparta pela Companhia (“Incorporação”).

1. Justificativa da Incorporação. Considerando que as Companhias pertencem ao mesmo grupo econômico, a Incorporação é da maior conveniência aos seus interesses e aos interesses de seus acionistas, na medida em que simplificará e racionalizará suas correspondentes estruturas societárias, otimizará os resultados dos negócios e operações desenvolvidas pelas referidas Companhias, gerando maior eficiência em sua gestão, reduzindo custos administrativos e operacionais combinados.

2. Atos que antecederam a Incorporação. Preliminarmente à implementação da Incorporação: (i) em 09 de junho de 2010, os Conselhos de Administração das Companhias aprovaram, sem ressalvas, todos os termos e condições do Protocolo, bem como a convocação

de suas respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias para deliberarem a respeito da incorporação da Esparta pela Companhia; (ii) na mesma data, as administrações das Companhias celebraram o Protocolo; e (iii) por fim, serão realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias de cada uma das Companhias, por meio das quais seus acionistas, conforme o caso, aprovarão a realização da Incorporação, conforme descrita no Protocolo, sendo que a Incorporação não estará sujeita a quaisquer condições suspensivas.

3. Avaliação do Patrimônio Líquido da Esparta. A avaliação do patrimônio líquido da Esparta, a ser vertido à Companhia por meio da Incorporação, pelo seu valor contábil, com base em balanço patrimonial levantado em 31.03.2010, foi realizada pela empresa de avaliação independente Ernst & Young Auditores Independentes S/S, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo (“Empresa Avaliadora”).

A Empresa Avaliadora manifestou por escrito não ter qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, em face da Companhia, de seus acionistas, nem com qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, ou, ainda, com relação à Incorporação.

A avaliação do patrimônio líquido da Esparta foi realizada, na forma da lei, pela Empresa Avaliadora, que atribuiu ao patrimônio líquido da Esparta a ser incorporado pela Companhia, o valor contábil de R\$2.893.848,99 (dois milhões, oitocentos e noventa e três mil, oitocentos e quarenta e oito reais e noventa e nove centavos).

4. Ações da Esparta detidas pela Companhia. A Companhia é titular de 1.000 (uma mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Esparta, representativas da totalidade do capital social da Esparta.

5. Inexistência de Aumento do Capital Social da Companhia; Extinção de Ações; e Ausência de Relação de Substituição das Ações. Em razão do disposto no item 4 acima, a Incorporação da Esparta não acarretará aumento do capital social da Companhia, devendo as ações do capital social da Esparta detidas pela Companhia serem extintas no ato da Incorporação, não havendo, portanto, alteração do número de ações de emissão da Companhia ou do montante de seu capital subscrito e/ou

integralizado.

6. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais ocorridas na Esparta entre 31.03.2010 e a data da efetiva Incorporação serão absorvidas pela Companhia. Tendo em vista que a Incorporação não acarretará aumento do capital social da Companhia, não existe relação de substituição, de forma que não será necessária a elaboração de laudo de avaliação do patrimônio líquido da Esparta e da Companhia a preço de mercado para os fins do artigo 264 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”).

7. Versão Patrimonial. Por meio da Incorporação, a totalidade do patrimônio da Esparta será transferida à Companhia.

8. Extinção da Esparta e sucessão pela Companhia. Com a Incorporação a Esparta será extinta de pleno direito e a Companhia a sucederá em todos seus bens, direitos e obrigações, sem qualquer solução de continuidade.

9. Direito de Retirada. Nos termos do artigo 137 da Lei das S.A., a Incorporação não ensejará direito de retirada aos acionistas da Companhia.

10. Submissão às Autoridades. A operação de Incorporação ora descrita não está sujeita à submissão de autoridades de defesa da concorrência no Brasil.

11. Assessores Financeiros. Nenhuma das Companhias contratou assessores financeiros para as operações descritas neste Fato Relevante.

12. Custos da Incorporação. Estima-se que o custo da Incorporação, incluídas despesas com elaboração de laudos, honorários de auditores, avaliadores, consultores e advogados, e, ainda, registros e publicações dos documentos pertinentes será de, aproximadamente, R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

13. Consulta de Documentos. Os documentos relacionados à Incorporação, incluindo o Protocolo e o laudo de avaliação do patrimônio líquido da Esparta, estão disponíveis na sede da Companhia e em seu *website*, e foram encaminhadas à CVM e à BM&FBOVESPA.

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos

S.A. (“Companhia”), em 25 de junho de 2010 em cumprimento ao disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2008, vem a público informar que foram aprovadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 25 de junho de 2010:

(i) a Incorporação da Esparta Participações e Investimentos S.A., sociedade por ações, de capital fechado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.228.539/0001-56, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, conjunto 142/143, sala 01, Condomínio *Continental Square* Faria Lima – Comercial, Vila Olímpia, CEP 04551-000, com seus atos constitutivos devidamente registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob NIRE 35.300.359.721, sociedade integralmente controlada pela Companhia, pela Companhia

(“Incorporação”).

A Incorporação não está sujeita a quaisquer condições suspensivas, produzindo efeitos imediatos, conforme descrito no Fato Relevante publicado em 09 de junho de 2010, não havendo necessidade da implementação de qualquer ato ou formalidade adicional para sua concretização.

(ii) a 2ª emissão pública de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional, no valor de R\$133.500.000,00 (cento e trinta e três milhões e quinhentos mil reais), a serem objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

PRINCIPAIS ASPECTOS

Segmento rodoviário

A Triunfo está entre as mais importantes companhias do setor de concessões rodoviárias do país. As rodovias que opera estão localizadas nos Estados de Rio Grande do Sul, Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A Companhia opera cerca de 640 quilômetros de rodovias, o que corresponde uma parcela relevante de quilômetros atualmente concedidos pelos Governos Federal e Estaduais.

Na tabela a seguir apresentamos os principais dados das Concessões Rodoviárias:

| Concessionária | Rodovia | Estado | Extensão Administrada | Data da Concessão | Término da Concessão |
|----------------|--|--------|-----------------------|-------------------|----------------------|
| Concepa | BR-290 | RS | 121,0 km | 04/07/1997 | jul/17 |
| Concer | BR-040 | RJ/MG | 180,6 km | 31/10/1995 | out/20 |
| Econorte | BR-369, PR-323, PR-445, PR-090, BR-153, BR-470 | PR | 339,08 km | 14/11/1997 | nov/21 |
| Total | | | 640,68 km | | |

Analisando o desempenho acumulado de 2010 observa-se um acréscimo de 10,8% no volume de tráfego em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 70.985 mil veículos equivalentes. O desempenho individual das concessionárias Concer, Concepa e Econorte neste período foi um crescimento de 8,8%, 11,8% e 12,3%, respectivamente.

O crescimento 10,8% é reflexo da recuperação da economia brasileira e incremento da produção industrial.

RELATÓRIO ANUAL 2010

| | 2010 | 2009 | Δ |
|----------------------------------|---------------|---------------|---------------|
| Tráfego equivalente total | 70.985 | 64.085 | 10,80% |
| CONCER | 26.629 | 24.475 | 8,80% |
| Participação no tráfego total | 37,50% | 38,20% | -0,7 p.p |
| Veículos pesados (mil) | 13.440 | 11.740 | 14,50% |
| Participação no tráfego total | 18,90% | 18,30% | 0,6 p.p |
| Veículos leves (mil) | 13.188 | 12.734 | 3,60% |
| Participação no tráfego total | 18,60% | 19,90% | -1,3 p.p |
| CONCEPA | 30.416 | 27.201 | 11,80% |
| Participação no tráfego total | 42,80% | 42,40% | 0,4 p.p |
| Veículos pesados (mil) | 14.518 | 12.677 | 14,50% |
| Participação no tráfego total | 20,50% | 19,80% | 0,7 p.p |
| Veículos leves (mil) | 15.898 | 14.524 | 9,50% |
| Participação no tráfego total | 22,40% | 22,70% | -0,3 p.p |
| ECONORTE | 13.940 | 12.410 | 12,30% |
| Participação no tráfego total | 19,60% | 19,40% | 0,3 p.p |
| Veículos pesados (mil) | 8.985 | 7.777 | 15,50% |
| Participação no tráfego total | 12,70% | 12,10% | 0,5 p.p |
| Veículos leves (mil) | 4.955 | 4.633 | 7,00% |
| Participação no tráfego total | 7,00% | 7,20% | -0,2 p.p |

O desempenho consolidado do acumulado de 2010 foi um crescimento de 15,9% na arrecadação de pedágios em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$469.947 mil. Este incremento pode ser explicado pelas variações das duas principais componentes: [i] crescimento de 10,8% no tráfego de veículos equivalentes; [ii] 4,6% de aumento na tarifa efetiva média do período.

| | 2010 | 2009 | Δ |
|---|----------------|----------------|---------------|
| Arrecadação de Pedágio (R\$ mil) | 469.947 | 405.395 | 15,90% |
| Tráfego de veículos equivalentes (mil) | 70.985 | 64.085 | 10,80% |
| Tarifa média efetiva | 6,62 | 6,33 | 4,60% |
| CONCER | 191.307 | 169.221 | 13,10% |
| Tarifa média efetiva | 7,18 | 6,91 | 3,90% |
| Participação sobre arrecadação total | 40,70% | 41,70% | -1,0 p.p |
| CONCEPA | 150.533 | 125.880 | 19,60% |
| Tarifa média efetiva | 4,95 | 4,63 | 6,90% |
| Participação sobre arrecadação total | 32,00% | 31,10% | 0,9 p.p |
| ECONORTE | 128.107 | 110.293 | 16,20% |
| Tarifa média efetiva | 9,19 | 8,89 | 3,40% |
| Participação sobre arrecadação total | 27,30% | 27,20% | 0,1 p.p |

Segmento Portuário

Portonave:

O Terminal Portuário de Navegantes movimentou 582.137 TEUs em 2010. O que representa um crescimento de 40,60% em volume de movimentação quando comparado ao mesmo período de 2009.

No comparativo da tarifa média efetiva por

TEU, observamos uma redução de 9,5% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, atingindo R\$195,03/TEU, principalmente em razão do mix de serviços ofertados. Neste período observou-se que 69,2% dos serviços prestados corresponderam à movimentação de caixas cheias, enquanto 30,8% referiam-se a caixas vazias.

A receita apresentada abaixo reflete apenas a movimentação de TEUs e prestação de serviços do terminal portuário, sem levar em conta as receitas obtidas pela Iceport, subsidiária integral da Portonave:

| | 2010 | 2009 | Δ |
|--|----------------|----------------|---------------|
| Receita Operacional Bruta (R\$ mil) | 207.570 | 144.447 | 43,70% |
| Composição da receita Operacional Bruta | | | |
| Arrecadação - Movimentação no Cais (R\$ mil) | 113.535 | 89.243 | 27,20% |
| Outras Receitas (R\$ mil) | 94.035 | 55.204 | 70,30% |
| TEUs - Twenty-foot equivalent unit | 582.137 | 413.968 | 40,60% |
| Tarifa média efetiva (R\$/TEU) | 195,03 | 215,58 | -9,50% |

Iceport:

Devido ao incêndio que destruiu a câmara frigorificada, em novembro de 2009, durante o ano de 2010, a Iceport prestou apenas serviço da trading. A operação de estocagem foi retomada em fevereiro de 2011, após reforma total da câmara.

A Receita Operacional Bruta da Iceport em 2010 foi de R\$45.127 mil. Em 2010 já foram contabilizadas a provisão de receita de seguro por perda de receita no valor de R\$18.173 mil. As receitas de seguro não são consideradas tributáveis, portanto no acumulado de 2010 na Iceport só foram registrados R\$1.755 dos tributos referentes aos serviços de importação.

| | 2010 | 2009 |
|--|---------------|---------------|
| Receita operacional bruta (R\$ mil) | 45.127 | 15.677 |
| Receita com movimentação (in-out) (R\$ mil) | - | 1.425 |
| Outras receitas (R\$ mil) | - | 2.531 |
| Trading (R\$ mil) | 45.127 | 11.721 |
| Tributação sobre Receita (R\$ mil) | 1.755 | 431 |
| Receita Operacional Líquida (R\$ mil) | 43.372 | 15.246 |

Geração de energia:

A primeira turbina da Rio Verde Energia entrou em operação comercial em maio de 2010 e a segunda em agosto do mesmo ano. No acumulado de 2010, a receita operacional bruta foi de R\$58.696 mil, composta por: [i] receita de geração de energia; [ii] receita decorrente da lastro de energia para a CEMIG; [iii] receita decorrente de TUST e de devolução de lastro de energia da CCEE (R\$3.442 mil). O tributo até o momento atingiu R\$2.142 mil, 3,6% sobre a receita bruta, composto de PIS (0,65%) e COFINS (3,0%), haja vista que para 2010 o regime adotado é o lucro presumido, resultando em uma Receita Operacional Líquida de R\$56.554 mil.

Durante o último trimestre de 2009 a Companhia foi procurada por importantes entidades do mercado com relevantes propostas de novos projetos que vão ao encontro dos interesses e estratégias da Triunfo. Diante disso,

em 31 de dezembro de 2009, o investimento na controlada Rio Verde foi transferida para a rubrica “Participações a Comercializar”, no ativo circulante, levando-se em consideração a expectativa do prazo de negociação desse investimento, dentro das premissas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Durante o ano de 2010, a Companhia manteve compromissos firmes de venda e, por ocasião de acontecimentos e circunstâncias fora do controle da entidade, o processo ainda encontra-se em fase de negociação. Cabe ressaltar que a entidade continua comprometida com seu plano de venda do investimento na controlada Rio Verde.

Diante disso, cumprindo com o disposto no teim 9 do CPC 31, a Companhia manteve o investimento na controlada Rio Verde na rubrica “Participações a comercializar” na demonstração financeira individual porém, segregado entre “Ativos e Passivos e Partici-

RELATÓRIO ANUAL 2010

pações a comercializar” nas demonstrações financeiras consolidadas.

PRINCIPAIS RUBRICAS

BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - R\$ MIL

| ATIVO | 2008 | AV% | 2009 | AV% | 2010 | AV% |
|------------------------------------|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| ATIVO CIRCULANTE | 155.281 | 5,9% | 104.227 | 3,6% | 166.174 | 5,5% |
| Caixa e equivalentes de caixa | 81.441 | 3,1% | 17.960 | 0,6% | 60.689 | 2,0% |
| Aplicações financeiras | 52.280 | 2,0% | 36.325 | 1,3% | 39.327 | 1,3% |
| Contas a receber | 5.606 | 0,2% | 14.918 | 0,5% | 27.969 | 0,9% |
| Estoques | - | - | - | - | - | - |
| Tributos a recuperar | 4.946 | 0,2% | 5.587 | 0,2% | 5.879 | 0,2% |
| Despesas antecipadas | 3.940 | 0,1% | 3.643 | 0,1% | 5.558 | 0,2% |
| Outros ativos circulantes | 7.068 | 0,3% | 25.794 | 0,9% | 26.752 | 0,9% |
| ATIVO NÃO CIRCULANTE | 2.488.815 | 94,1% | 2.758.307 | 96,4% | 2.849.440 | 94,5% |
| Aplicações financeiras | - | - | 3.244 | 0,1% | 3.527 | 0,1% |
| Contas a receber | - | - | - | - | - | - |
| Estoques | - | - | - | - | - | - |
| Tributos diferidos | 14.778 | 0,6% | 14.234 | 0,5% | 16.974 | 0,6% |
| Despesas antecipadas | 3.030 | 0,1% | 84 | 0,0% | - | - |
| Créditos com partes relacionadas | 7 | 0,0% | - | - | - | - |
| Outros ativos não circulantes | 740 | 0,0% | 1.492 | 0,1% | 2.090 | 0,1% |
| Investimentos | - | - | 10 | 0,0% | 21 | 0,0% |
| Imobilizado | 1.427.871 | 54,0% | 953.929 | 33,3% | 992.380 | 32,9% |
| Intangível | 1.042.389 | 39,4% | 1.160.264 | 40,5% | 1.143.487 | 37,9% |
| Diferido | - | - | - | - | - | - |
| Ativos de Operações Descontinuadas | - | - | 625.050 | 21,8% | 690.961 | 22,9% |
| TOTAL DO ATIVO | 2.644.096 | 100,0% | 2.862.534 | 100,0% | 3.015.614 | 100,0% |

BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - R\$ MIL

| PASSIVO E PL | 2008 | AV% | 2009 | AV% | 2010 | AV% |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|------------------|---------------|
| PASSIVO CIRCULANTE | 202.507 | 7,7% | 236.608 | 8,3% | 305.277 | 10,1% |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 5.042 | 0,2% | 6.947 | 0,2% | 9.183 | 0,3% |
| Fornecedores | 25.351 | 1,0% | 37.092 | 1,3% | 38.628 | 1,3% |
| Obrigações fiscais | 10.924 | 0,4% | 17.680 | 0,6% | 12.352 | 0,4% |
| Empréstimos e financiamentos | 69.895 | 2,6% | 103.158 | 3,6% | 137.551 | 4,6% |
| Debêntures | 50.853 | 1,9% | 46.229 | 1,6% | 42.382 | 1,4% |
| Outras obrigações | 40.442 | 1,5% | 19.657 | 0,7% | 59.445 | 2,0% |
| Provisão para manutenção | - | - | 5.845 | 0,2% | 5.736 | 0,2% |
| PASSIVO NÃO CIRCULANTE | 1.169.313 | 44,2% | 848.340 | 29,6% | 871.336 | 28,9% |
| Empréstimos e financiamentos | 528.108 | 20,0% | 278.320 | 9,7% | 244.502 | 8,1% |
| Debêntures | 140.765 | 5,3% | 94.422 | 3,3% | 204.252 | 6,8% |
| Outras obrigações | 44.729 | 1,7% | 56.448 | 2,0% | 13.526 | 0,4% |
| Tributos diferidos | 455.711 | 17,2% | 410.233 | 14,3% | 391.015 | 13,0% |
| Provisão para manutenção | - | - | 8.917 | 0,3% | 18.041 | 0,6% |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 1.272.276 | 48,1% | 1.777.586 | 62,1% | 1.839.001 | 61,0% |
| Capital social realizado | 461.947 | 17,5% | 461.947 | 16,1% | 512.979 | 17,0% |
| Reserva de capital | - | - | 592 | 0,0% | 3.380 | 0,1% |
| Adiantamento p/ futuro aumento de capital | - | - | 43.053 | 1,5% | - | - |
| Reservas de reavaliação | 317.941 | 12,0% | 306.897 | 10,7% | 267.721 | 8,9% |
| Reservas de lucros | - | - | 8.227 | 0,3% | 78.463 | 2,6% |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 552.137 | 20,9% | 530.711 | 18,5% | 507.895 | 16,8% |
| Lucros / Prejuízos acumulados | (89.742) | (3,4%) | - | - | - | - |
| Participação Acionistas Não control. | 29.993 | 1,1% | 37.625 | 1,3% | 37.077 | 1,2% |
| Passivos de Operações Descontinuadas | - | - | 388.534 | 13,6% | 431.486 | 14,3% |
| TOTAL DO PASSIVO E PL | 2.644.096 | 100,0% | 2.862.534 | 100,0% | 3.015.614 | 100,0% |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$ MIL

| DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO | 2008 | AV% | 2009 | AV% | 2010 | AV% |
|---|-----------------|----------------|----------------|---------------|----------------|---------------|
| Receita de vendas e/ou serviços | 299.616 | 286,2% | 451.174 | 289,4% | 545.873 | 268,3% |
| (-)Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos | (194.922) | (186,2%) | (295.268) | (189,4%) | (342.449) | (168,3%) |
| (=) Resultado Bruto | 104.694 | 100,0% | 155.906 | 100,0% | 203.424 | 100,0% |
| (-) Despesas com vendas | - | - | - | - | - | - |
| (-) Despesas gerais e adm. | (78.939) | (75,4%) | (78.691) | (50,5%) | (89.154) | (43,8%) |
| (-) Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos | - | - | - | - | - | - |
| (+) Outras receitas operacionais | 3.536 | 3,4% | 9.629 | 6,2% | 10.994 | 5,4% |
| (-) Outras despesas operacionais | - | - | - | - | - | - |
| Resultado da equivalência patrimonial | - | - | - | - | - | - |
| (=) Resultado antes do Resultado Financeiro e dos Tributos | 29.291 | 28,0% | 86.844 | 55,7% | 125.264 | 61,6% |
| (+) Receitas Financeiras | 7.546 | 7,2% | 8.762 | 5,6% | 6.432 | 3,2% |
| (+/-) Variação Cambial | (56.232) | (53,7%) | 47.992 | 30,8% | 3.847 | 1,9% |
| (-) Despesas Financeiras | (68.955) | (65,9%) | (75.239) | (48,3%) | (94.293) | (46,4%) |
| (=) Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro | (88.350) | (84,4%) | 68.359 | 43,8% | 41.250 | 20,3% |
| IR e CS sobre o Lucro | (1.611) | (1,5%) | (20.759) | (13,3%) | (16.301) | (8,0%) |
| (=) Resultado Líq. Operações Continuadas | (89.961) | (85,9%) | 47.600 | 30,5% | 24.949 | 12,3% |
| Resultado Líq. Operações Descontinuadas | - | - | (2.525) | (1,6%) | 5.723 | 2,8% |
| Participação de Acionistas não controladores | 7 | 0,0% | - | - | - | - |
| (=) Lucro/Prejuízo do período | (89.954) | (85,9%) | 45.075 | 28,9% | 30.672 | 15,1% |

ANÁLISE DE DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta consolidada no ano de 2010 foi de R\$594.054, um aumento de 21,1% quando comparado com 2009.

Deduções Da Receita Operacional Bruta

As deduções da receita operacional bruta consolidada no ano de 2010 totalizaram R\$48.181 e representam um aumento de 22,0% quando comparadas com o mesmo período de 2009.

Os principais fatores de aumento da receita operacional líquida foram:

- O aumento do tráfego nas rodovias apresentou um crescimento de 10,8%, um aumento de aproximadamente R\$37.935 na ROL.
- Os reajustes das tarifas de pedágio representaram um aumento de 4,7% na tarifa média efetiva, que correspondem a um aumento de aproximadamente R\$18.330 na ROL na comparação ano a ano.
- As operações com carga própria na Portonave, realizadas através da Iceport, apresentaram um aumento de 286,9%, um

incremento de R\$16.819 na ROL quando comparado com 2009.

- A operação de movimentação de contêineres apresentou um aumento de 40,6% na comparação com 2009, um aumento na receita de R\$29.337 na ROL. Em 2009 a operação de movimentação de contêineres da Portonave foi afetada pelo assoreamento do canal, consequência das fortes chuvas que ocorreram em Santa Catarina.

Como efeito da adoção dos novos pronunciamentos contábeis, foram reconhecidos os montantes de R\$64.983 em 2010 e de R\$63.673 em 2009, referentes a receitas de construção nas concessionárias de rodovias. Essa receita é reconhecida contra o ativo intangível e representa o direito de arrecadação de pedágio nos próximos exercícios, que será amortizada pela curva de tráfego.

Custos Operacionais

Os principais itens que compõem os custos operacionais da Triunfo são: os gastos de operação e manutenção das rodovias, a amortização dos investimentos nas obras de melhoria e ampliação realizadas nas rodovias e nas instalações portuárias e os gastos com pessoal nas operações rodoviária e portuária.

Os custos operacionais totalizaram R\$342.449 em 2010, representando um aumento de 16,0% quando comparados ao ano de 2009, e corresponderam a 62,7% da receita operacional líquida em 2010 (65,4% em 2009). Houve uma redução de 2,7 pontos percentuais em relação à receita operacional líquida, que representa o ganho de margem dos negócios da Companhia.

Os principais fatores que contribuíram para a variação nos custos operacionais foram:

- a. O aumento nos custos com operação portuária, principalmente em decorrência do crescimento da operação de trading de R\$18.625. Além desse fator, o custo com a operação portuária segue o crescimento de receita e engloba basicamente o consumo de combustível, energia elétrica e a manutenção dos equipamentos.
- b. O aumento nos custos com pessoal, principalmente na Portonave, que ampliou seu quadro de 600 para 718 durante o ano de 2010, e do acordo firmado entre a ope-

radora portuária com o OGMO no segundo semestre de 2010.

Os principais efeitos da adoção dos novos pronunciamentos contábeis foram:

- a. O reconhecimento dos custos de construção, nos mesmos montantes da receita de construção, que correspondem aos investimentos realizados nas rodovias.
- b. O aumento da depreciação decorrente da parcela realizada do custo atribuído ao ativo imobilizado da Portonave, no montante de R\$29.055 em cada um dos anos, ajustados pela reversão da depreciação no montante de R\$56.993 em 2010 e R\$56.695 em 2009 nas concessionárias de rodovias, que passaram a ter os investimentos amortizados como intangíveis.
- c. A amortização dos investimentos, conforme mencionado no parágrafo anterior, pela curva de tráfego, representou um aumento de R\$95.008 e de R\$69.448 nos anos de 2010 e 2009, respectivamente.
- d. A constituição da provisão para manutenção de pistas, nos montantes de R\$8.052 e de R\$14.557 em 2010 e 2009, respectivamente, reconhecidos na rubrica “Operação, manutenção e conservação de rodovias”.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais são representadas pelas despesas com instalações e serviços administrativos e de consultoria, pelos gastos com pessoal, que incluem a remuneração da administração e do pessoal de apoio administrativo, pela depreciação de itens alocados no departamento administrativo, pela amortização do ágio pago sobre investimentos adquiridos, pelo resultado da alienação de itens do permanente e dos saldos contábeis dos itens baixados do imobilizado, diferido e intangível além de outras receitas extraordinárias.

Em 2010 as despesas administrativas apresentaram um aumento de 13,2%, principalmente em decorrência do aumento de despesas com

pessoal referente aos novos projetos. Antes da adoção novos pronunciamentos contábeis essas despesas eram passíveis de capitalização, ou seja, eram tratadas como ativo diferido e amortizadas a partir da entrada em operação comercial desses novos projetos. Isoladamente, as despesas com pessoal representaram um aumento de 8,4% nas despesas operacionais.

Adicionalmente, os montantes reconhecidos como outras receitas operacionais referem-se, basicamente, às indenizações decorrentes do sinistro ocorrido na Portonave, em 2009, e na câmara frigorificada, em 2010.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro está representado pelos juros, correções monetárias e remunerações pagas aos credores da Companhia, ajustados pelas receitas financeiras e pelo resultado de variação cambial do financiamento contratado pela Portonave junto a GE Capital, aplicado na construção do Terminal Portuário de Navegantes. A Companhia avalia opções de hedge para essa operação, levando sempre em consideração o hedge natural presente na operação da Portonave, uma vez que quase metade da receita está indexada à moeda americana.

Em 2009 o resultado financeiro foi forte e positivamente impactado pela valorização do

real frente ao dólar norte americano. Eliminando os efeitos da variação cambial nos dois exercícios, verificamos no exercício de 2010 uma despesa financeira 32,2% superior a 2009, grande parte decorrente dos custos de captação e estruturação de novas dívidas, como do aumento dos indexadores e saldos dos empréstimos e financiamentos.

Ainda, em decorrência da aplicação dos novos pronunciamentos contábeis foram reconhecidos como despesas financeiras os montantes de R\$1.245 em 2010 e de R\$205 em 2009, referentes ao ajuste a valor presente das obrigações de manutenção de pistas.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Os impostos são calculados à alíquota nominal de 34,0% sobre o lucro ajustado conforme a legislação vigente no Brasil (Lucro Real) ou através da aplicação da margem de presunção do lucro sobre a receita operacional bruta (Lucro Presumido). Dessa forma, o total dos impostos sobre o lucro sofre variações que não necessariamente dependem do resultado antes dos impostos.

Os impostos correntes apresentaram um

aumento de 12,0% no exercício de 2010, basicamente em decorrência do aumento da base tributável.

Todos os ajustes promovidos pelos novos pronunciamentos contábeis geram efeitos nos impostos diferidos, como diferenças temporárias. As diferenças temporárias decorrentes dos ajustes representaram um ajuste de R\$5.810 e de R\$3.314 em 2009.

Participações de Minoritários

A Companhia reconhece a participação de minoritários em razão da consolidação integral dos investimentos nas controladas NTL, Vessel-log e Santa Rita. Em 2010 e 2009 foram recinhecidos respectivamente os montantes de R\$3.313 e de R\$212.

Lucro Líquido do Exercício

Em razão dos fatores apresentados anteriormente, apresentamos um lucro líquido consolidado de R\$33.985 no exercício de 2010, ante um lucro de R\$45.287 no exercício de 2009.

EBITDA

O EBITDA consolidado no exercício de 2010 atingiu R\$275.576, um aumento de 15,0% em relação a 2009.

A margem do EBITDA, calculada sobre a receita operacional líquida, ajustada pelo montante de R\$9.038 em 2010 e de R\$10.612 em 2009, referentes às outras receitas operacionais com indenizações de seguros, foi de 56,2% em 2010 e de 60,2% em de 2009, que, apresentando uma redução de 3,9 pontos percentuais, principalmente em decorrência do aumento dos custos de trading de mercadorias e dos gastos com projetos em desenvolvimento que deixaram de ser capitalizados.

| | 2010 | 2009 | Δ |
|---|----------------|----------------|----------------|
| Receita operacional líquida (ROL) | 545.873 | 451.174 | 21,00% |
| Receita de construção | (64.983) | (63.673) | 2,10% |
| Receita operacional líquida ajustada (ROL) | 480.890 | 387.501 | 24,10% |
| Lucro líquido (prejuízo) do período | 33.985 | 45.287 | -25,00% |
| Imposto de renda e contribuição social | 16.301 | 20.759 | -21,50% |
| Despesas (receitas) financeiras, líquidas | 84.014 | 18.485 | 354,50% |
| Despesas (receitas) não recorrentes ⁷ | (5) | 10260 | -100,00% |
| Resultado de participação descontinuada | (5723) | 2525 | -326,70% |
| Participação de acionistas não controladores | (3313) | (212) | 1462,70% |
| Receita de construção | (64983) | (63673) | 2,10% |
| Custo de construção | 64.983 | 63.673 | 2,10% |
| Ajuste da amortização do intangível ^{8 e 10} | (3319) | (6614) | -49,80% |
| Provisão para manutenção | 8.052 | 14.549 | -44,70% |
| EBIT ajustado | 129.992 | 105.039 | 23,80% |
| Margem EBIT ajustado (sobre ROL) ⁹ | 26,50% | 26,50% | 0,0 p.p. |
| Depreciações e amortizações ¹⁰ | 145.584 | 134.583 | 8,20% |
| EBITDA ajustado | 275.576 | 239.622 | 15,00% |
| Margem EBITDA ajustado (sobre ROL) ⁹ | 56,20% | 60,20% | -3,9 p.p. |

⁷ As despesas não recorrentes de 2009 incluem os gastos com a controlada Convale.

⁸ Efeito do ajuste da amortização do intangível pela curva de tráfego.

⁹ Para cálculo das margens EBITDA e EBIT a receita líquida foi ajustada pelas indenizações de seguros nos montantes de R\$ 10.612 em 2009 e de R\$ 9.038 em 2010.

¹⁰ Para cálculo do EBITDA ajustado dos efeitos do IFRS o efeito do ajuste da amortização do intangível é eliminado.

Dívida Líquida

O endividamento considera os empréstimos, financiamentos e debêntures contratados ou emitidos para financiar os investimentos da controladora em novos projetos e em suas controladas para o financiamento dos investimentos previstos nos contratos de concessão.

A dívida líquida consolidada da Triunfo no ano de 2010 totalizou R\$525.144, e apresentou um aumento de 13,0% em relação ao saldo de R\$464.600 do final do exercício de 2009.

Em dezembro de 2010 e de 2009 a participação na controlada Rio Verde encontrava-se classificada como Operações Descontinuadas, em razão da intenção de venda do ativo pela Companhia, razão pela qual deixou de ser

consolidada nas demonstrações financeiras desses exercícios. Caso fosse consolidada, a dívida líquida passaria a ser de R\$867.567, e representaria um aumento de 10,5% se comparada com a dívida de R\$785.459 em 2009, em função do financiamento obtido por essa controlada junto ao BNDES para construção da Usina Salto.

Adicionalmente, a relação entre a dívida líquida e o EBITDA no exercício de 2010 é de 1,9 vezes, mantendo-se estável se comparado a 2009. Caso fosse considerada a dívida da Rio Verde, esse índice seria de 2,8 vezes, uma redução de 0,5 pontos percentuais se comparada ao índice de 2009.

Gráfico: Composição da Dívida (Valores em R\$ mil)

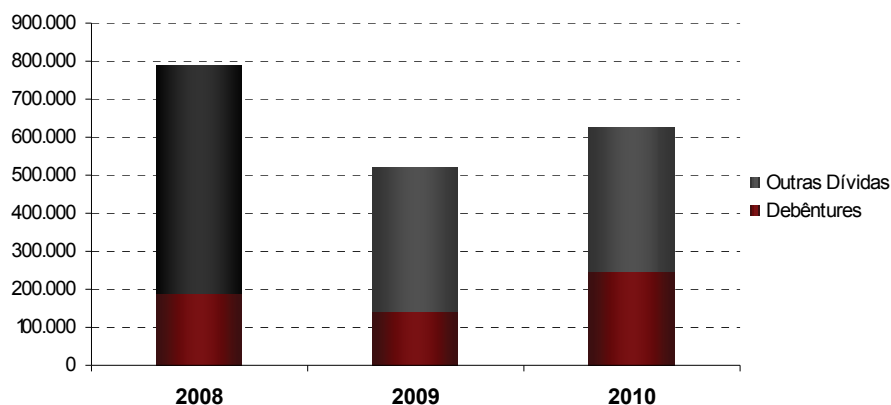
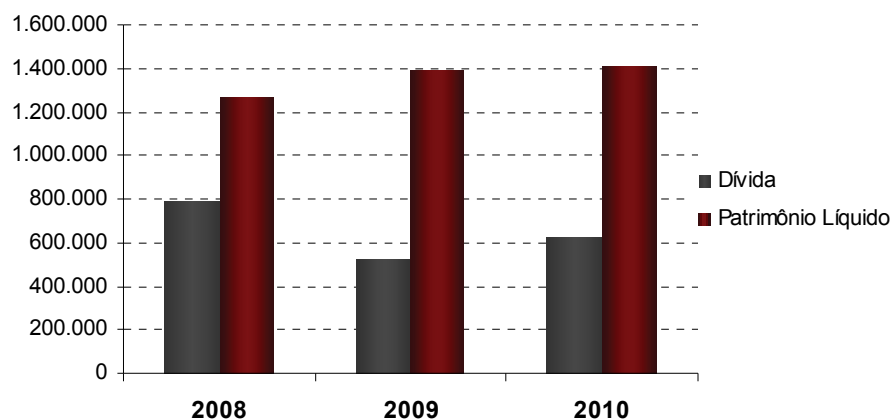


Gráfico: Dívida X PL (Valores em R\$ mil)



ANÁLISE DA GARANTIA

As debêntures da presente emissão são da espécie subordinada, isto é, concorrem ao patrimônio da Emissora em subordinação aos demais créditos (inclusive quirografários), gozando de preferência tão somente sobre o crédito de seus acionistas. Contam ainda com garantia adicional fidejussória pela acionista controladora da Emissora, Construtora Triunfo S.A., fiadora da presente emissão.

OBRIGAÇÕES DA FIADORA

A Fiadora está obrigada a:

i. prestar fiança em favor da comunhão de debenturistas, garantindo o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias assumidas, pela Emissora, no presente Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures;

ii. pagar a dívida consolidada no Programa de

Recuperação Fiscal - REFIS, com os recursos relativos aos direitos creditórios que possui com entes governamentais e oriundos das seguintes ações judiciais: DNER - Processo nº 95.0019842-8; DNER - Processo nº 2003.34.00.018002-2; DNER - Processo nº 2003.34.00.026118-4; DNER - Processo nº 90.0009625-1; DNER e DVOP/MT - Processo nº 2002.34.00.040830-4; DER/SC - Processo nº 023.96.017662-6; Estado de São

Paulo - Processo nº 053.02.032299-5; Município de Pomerode/SC - Processo nº 1472/96; Prodecap/MT - Processo nº 23.987; Município de São Paulo - Processo nº 053.02.002060-3; e União Federal - Processo nº 96.0015217-9;

45% (quarenta e cinco por cento), apurando-se essa participação de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão.

iii. manter a participação de terceiros na sua estrutura de capitalização igual ou inferior a

Com base nas informações prestadas pela Emissora esclarecemos que a Fiadora continua cumprindo com as obrigações constantes acima.

PARECER

Não temos conhecimento de eventual omissão ou inverdade, contida nas informações divulgadas pela Emissora, que manteve atualizado seu registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários no exercício de 2010.

Após análise das demonstrações financeiras da Emissora auditadas pela Ernest & Young Terco Auditores Independentes, cujo parecer não constou ressalvas, no que diz respeito à capacidade de cumprimento de suas obrigações, a Companhia encontra-se apta a honrar seus compromissos decorrentes da Escritura de Emissão.

DECLARAÇÃO

Declaramos estar aptos e reafirmamos nosso interesse em permanecer no exercício da função de Agente Fiduciário dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 68, alínea “b” da lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1.976 e no artigo 12, alínea “I”, da Instrução CVM 28 de 23 de novembro de 1.983.

São Paulo, abril de 2011.



“Este Relatório foi elaborado visando o cumprimento do disposto no artigo 68, § primeiro, alínea “b” da Lei nº 6407/76 e do artigo 12 da Instrução CVM nº 28 /83, com base nas informações prestadas pela Companhia Emissora. Os documentos legais e as informações técnicas que serviram para sua elaboração, encontram-se a disposição dos interessados para consulta na sede deste Agente Fiduciário”